



Revista Symposium

O PARADIGMA PÓS-MODERNO: POLÍTICA E ESCRITA DA HISTÓRIA

Newton Darwin de Andrade Cabral*

Resumo: Distinguindo os paradigmas pré-moderno, moderno e pós-moderno, a partir do pensamento de Marcello Azevedo, o artigo analisa, na primeira parte, as implicações do paradigma pós-moderno para a política. Através do pensamento de Guattari e Rolnik, demarca-se a “subjetividade capitalística”, que faz surgir a pergunta: “Diante de tal força, o que fazer?” Guattari aponta para a luta através de processos micropolíticos que contemplem a diversidade e a fragmentação. É, pois, preciso repensar a forma tradicional de fazer política e de interpretá-la.

Em seguida, analisamos as implicações da pós-modernidade para a escrita da história. É preciso pensar a história do ponto de vista da linguagem, do discurso, abrindo-se espaço para a dimensão artística, a história como construção; novamente aparece a fragmentação: não é possível conhecer o mundo, apenas fragmentos e circunstâncias particulares.

Palavras-chave: paradigma pós-moderno, política, escrita da história.

* *Professor Assistente do Departamento de Filosofia da Universidade Católica de Pernambuco. Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco e doutorando no mesmo Programa de Pós-Graduação em História da UFPE.*

Abstract: Using the distinction made between the pre-modern, modern, and post-modern paradigms from Marcello Azevedo's thought, this paper analyses, in its first part, the implications of post-modern paradigm for politics. Through Guattari and Rolnik's thought “capitalistic subjectivity” is marked out and this implies “questioning what to do in relation to this strong argument.” Guattari points out the fight arising from micro-political processes that consider diversity and fragmentation. Therefore it is necessary to re/think the traditional form of practicing politics and its interpretation. Then the paper focuses on the implications of post-modernity in relation to the writing of History, which must be thought through from the language approach and from the discourse approach; besides it is important to make allowance for the artistic dimension and to consider history as construction. As fragmentation appears again it is impossible to know the world except in its fragmented and specific circumstances.

Key words: Post-modern paradigm, politics, the writing of History.

Revisitando os Conceitos

Os termos pré-moderno, moderno e pós-moderno representam um labirinto de significações as mais diversas.

É comum uma abordagem que privilegia, a partir dos prefixos colocados em dois deles: pré e pós, uma significação que, acompanhada de uma relação com o tempo, atribui juízos de valor e superação do moderno em relação ao pré-moderno, e do pós-moderno em relação ao moderno.

Essa visão encontra justificação no radical *modern* que vem do advérbio latino *modo*, que significa recente. Daí, sempre em uma linguagem cronológica, *modernus* foi contraposto a *antiquus* e, qualitativamente, moderno passou a ser sinônimo do que é atual e bom e antigo, do que é velho e anacrônico.

Na história, os tempos modernos têm uma situação, em termos de marco, oscilando entre os autores, havendo os que referenciam seu início na

queda de Constantinopla em 1453, e outros, em 1492, com a chegada dos europeus às Américas. Já na Filosofia, a modernidade teve seu início com Descartes (1496 – 1650) e continuou com desdobramentos em Kant, Hegel, Marx, Nietzsche, Heidegger, Habermas e outros pensadores.

Há outras formas de demarcar em outros campos do conhecimento, como por exemplo na antropologia social e cultural, o advento da modernidade.

A conceituação que estamos tentando compreender/discutir, refere-se a paradigmas culturais onde a história, a filosofia, a política, a estética, a religião, a economia etc. vão encontrar referenciais para sua apresentação em formas múltiplas a partir dos seus diversificados entornos.

Por paradigma estamos entendendo um conjunto de pressupostos, de conceitos e métodos articulados em um referencial. É ele que define, para um determinado grupo ou comunidade, as formas de percepção e análise, de avaliação e interpretação, que sugere ou aponta as questões que podem ser perguntadas e os modos e explicações que podem ser procurados¹.

São traços constituintes dos três paradigmas:

a. do Pré-moderno:

- integração do todo sociocultural;
- a religião ou o mito é a fonte de inteligibilidade e legitimação do todo integrado;
- concepção totalizante, holística, orgânica da formação sociocultural;
- sentido de ordem e hierarquia dando os elementos básicos de administração e eventual superação dos conflitos;
- supremacia da relação pessoa com pessoa em detrimento da relação pessoa e coisa;
- concepção da história mais estática e cíclica com certa passividade da pessoa e do grupo.

b. do Moderno:

- centralização sobre o indivíduo e a subjetividade. Cada ser humano tem inteligibilidade em si e por si e não a partir do grupo;

- separação e autonomia nos diversos elementos do corpo sociocultural:
 - predomínio da família “nuclear”;
 - a religião (ou o mito) passa a ser apenas um setor como os outros, sem a função legitimadora do paradigma anterior. É a secularização, que tem como maior consequência a racionalidade;
- pluralidade de sentidos e significações, de valores e critérios, de modelos e padrões, de linguagens e discursos, de símbolos e signos;
- diversificação das ciências;
- a ordem como conquista possível do consenso viável entre pares e diversos; por isso, ela é instável, precária, sujeita a renegociações e redefinições, tecida e retecida a cada momento;
- concepção da história mais dinâmica. A história é teleológica, tem princípio e fim, caminha para a realização criativa de objetivos e ideais e se move para utopias. O ser humano é ativo e construtor, existindo nele o potencial de transformação e de crescente libertação.

a. do Pós-moderno:

- esvaziamento dos sonhos modernos de alcance universal e defesa dos contextos locais com suas potencialidades e riquezas próprias, como parte de resistência a toda pretensão moderna e hegemônica de uma cultura universal;
- constatação de que, no mundo contemporâneo, as pessoas encontram múltiplas formas de apresentação e realização: na moda, na música, no lazer, na ludicidade, na bebida e em outras drogas...², apontando para o desejo de evadir-se de um mundo que não se aceita e por cuja transformação não mais se espera. Constata-se, também, um esvaziamento cético de conceitos emblemáticos como liberdade, justiça, solidariedade, bem como a morte de mitos como política, democracia, progresso, revolução, transformação social. Assim sendo, só é possível tentar melhorar as relações interpessoais, ao nível restrito do



- horizonte próprio e de pequena escala;
- epistemologia da indeterminação, da descontinuidade, do pluralismo teórico e ético, da proliferação de modelos e projetos. Aceitação do efêmero e do descontínuo. Substituição da idealização anterior acerca da perfectibilidade do homem pela constatação da variabilidade humana e pela ampliação de toda e qualquer perspectiva de atuação e análise;
- acentuação da multiplicidade de sentidos e desconfiança em relação a toda explicação abrangente ou de pretensões exaustivas, com relação ao sentido emancipador do homem diante da história. Esvaziamento das metanarrativas.

Nos traços que compõem esses paradigmas, é fácil perceber a ruptura entre moderno e pré-moderno e, mais ainda, entre pós-moderno e pré-moderno. Todavia não é fácil estabelecer parâmetros rígidos de oposição entre pós-moderno e moderno. Aliás, autores como David Harvey enfatizam que a pós-modernidade é uma continuidade da modernidade. Para nós, é clara a existência tanto de continuidade quanto de oposição.

Quanto a uma marca cronológica para o início da pós-modernidade, os autores que o fazem colocam-na nos anos 50. É o caso de Lyotard e Jameson. Para o primeiro, por causa da invenção do “chip”, já que para ele a informação passou a ser fundamental para se entender tanto o poder, quanto o conhecimento. O segundo porque foi quando se entrou em uma terceira fase do capitalismo – o tardio. Sendo a sua uma leitura marxista da pós-modernidade, fiel aos cânones, recuperou a idéia de superestrutura correspondendo a uma estrutura. E, nessa terceira fase, a cultura se tornou fundamental para a acumulação, pois também ela se tornou mercadoria.

Comportando vários elementos do moderno, o pós-moderno caracteriza-se basicamente como uma reação crítica ao moderno, à razão ilustrada e à hegemonia da racionalidade instrumental, apontando para uma lógica da fragmentação.³

Pensando as implicações do paradigma pós-moderno para a política

A análise que aqui fazemos está embasada substancialmente no texto de Félix Guattari e Suely Rolnik “Micropolítica: Cartografias do Desejo”. É um livro organizado por temas montados, datado e situado a partir do Brasil, em 1982, que levou três anos para ser construído. Tem por domínio central as estratégias de economia do desejo no campo social.

As implicações para a política, a partir do paradigma pós-moderno, devem ser vistas, pensamos, sobretudo como derivações de um dos traços do paradigma pós-moderno apontados acima: só ser possível repensar e tentar melhorar as relações interpessoais a partir de níveis restritos de horizontes próprios e de pequena escala – *mira*

Em consonância com os demais autores que produzem baseados nos traços do paradigma pós-moderno, no livro citado se substitui a idéia, tradicional na filosofia, de sujeito como um ser dado, por subjetividade fabricada, em que variam as máquinas de fabricação. As forças sociais que administram o capitalismo compreenderam que a produção de subjetividade é mais importante que qualquer outro tipo de produção e uma revolução, diz respeito também à questão da produção de subjetividade.

Daí tudo o que é produzido pela subjetividade capitalística forma um sistema de conexão entre as grandes máquinas produtivas, as de controle social e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo.

Podemos perguntar, então, a partir do colocado, se não existe indivíduo? Para os autores, ele existe enquanto terminal. Terminal individual que se encontra na posição de consumidor de subjetividade. Ele consome misturas de representação, de sensibilidade, etc. Sistemas que não têm nada a ver com categorias naturais universais.

Para Guattari, existem agenciamentos coletivos de subjetividade que podem individualizar-se em algumas circunstâncias e contextos sociais. A subjetividade circula nos conjuntos sociais de quais-

quer tamanhos, mesmo nos de tamanho acentuadamente diferentes. Os indivíduos vivem essa subjetividade, oscilando entre dois extremos: a) submetendo-se à subjetividade como ela é recebida; b) reapropriando-se dos componentes da subjetividade em um criativo processo de singularização.

Essas duas posturas, na análise de Deleuze, correspondem, no primeiro caso (submissão), ao que fazem as majorias em relação aos modelos de subjetividade fabricada e, no segundo (expressão e criação) ao que devem fazer as minorias.⁴

O indivíduo está na encruzilhada de múltiplos componentes de subjetividade, tais como inconscientes, do domínio do corpo, do domínio da produção de poder... Para Guattari, existe também uma subjetividade mais ampla: a capitalística, que possui funções bem determinadas:

Função de culpabilização – o indivíduo não sente que o papel que ocupa nas escalas referenciais de valores, não corresponde a algo peculiar seu, mas a uma produção. E, estando em níveis considerados “inferiores”, sente-se culpado, introjeta essa “inferioridade” e cala-se, o que corresponde a não se expressar e não criar.

Função de segregação – instauração artificial de sistemas de hierarquia inconsciente, sistemas de escalas de valor e sistemas de disciplinarização. Tais sistemas abrem campos de valorização social onde os diferentes indivíduos e camadas sociais irão situar-se.

Função de infantilização – pensam por nós e organizam por nós tanto a produção quanto a vida social.

Partindo dessas funções, a ordem capitalística se projeta na realidade do mundo e na realidade psíquica, e a força da sua subjetividade reside na constatação de que ela se produz tanto no nível dos opressores, quanto no dos oprimidos.⁵

Diante de tal força, o que fazer? Guattari anuncia o conceito de revoluções moleculares, correspondendo a tentativas de mutação na subjetividade consciente e inconsciente dos indivíduos e dos grupos sociais. E ele exemplifica com rádios livres (experiência muito forte na França), contestação do sistema de representação política, questionamento da vida cotidiana, reações de recusa ao trabalho em sua forma atual...

Esses processos de singularização, abrindo espaços para a expressão e a criação, devem privilegiar aberturas para o desejo, o prazer, a vontade de amar, de viver ou sobreviver etc. É preciso que cada um reafirme a posição singular que ocupa, que a faça viver, que a articule com outros processos de singularização e que resista a todos os empreendimentos niveladores de subjetividade.

É aí que podemos entender/inserir, por exemplo, a necessidade de afirmação das lutas/movimentos feministas, homossexuais ou negros. As imagens da política moderna são viris, masculinas, brancas. Para se construir outras imagens e outra sociedade é preciso não aceitar os modelos subjetivadores impostos. E as minorias devem articular-se, deixando seu processo de singularização se afirmar. É por essa capacidade de articulação que passa a verdadeira revolução social. As identidades devem afirmar-se.

E o que é identidade? É um conceito de referenciação, de circunscrição da realidade a quadros de referência. É o que faz passar a singularidade de diferentes maneiras de existir.

Toda vez que, nos quadros sociais, uma problemática de identidade ou de reconhecimento aparece em determinado lugar, estamos diante de uma ameaça de bloqueio e de paralisação do processo.

Por isso nos pareceu descabida a reação de setores do movimento negro, quando o antropólogo Luiz Mott aventou a possibilidade de uma singularização homossexual da parte de Zumbi. Sem querer discutir até que ponto seria o caso, lamentamos não ter havido a articulação dos dois movimentos (negro e homossexual)⁶, já que ambos são minorias que devem afirmar sua identidade, singularizar-se no vasto campo social.

Faltou a esses grupos uma visão micropolítica, o que corresponde ao modo como se cruza o nível das diferenças sociais mais amplas (que Guattari chama de “molar” e é o plano da representação) com o que ele chama de “molecular”, sendo este o plano da textura. O próprio Guattari fala de uma negritude que percorreria todas as raças e de uma homossexualidade que percorreria todos os sexos.

Daí, podermos ver que os problemas de organização nunca são simples problemas de infra-



estrutura. A democracia só existe se se consolida em nível da subjetividade dos indivíduos e dos grupos, implicando novas atitudes, sensibilidades, práxis...

Guattari elenca como primeira e única regra da micropolítica, estar alerta para todos os fatores de culpabilização; estar alerta para tudo o que bloqueia os processos de transformação no campo subjetivo. Posta essa regra, percebemos que no citado exemplo da celeuma entre baianos militantes do movimento negro e o presidente do Grupo Gay da Bahia, os dois grupos não estiveram alerta para os bloqueios aos processos, para os entraves à idéia de devir, entendida como ligada à possibilidade, ou não, de um processo se singularizar.

E na relação dos grupos com o Estado, como conseguir autonomia? Para Guattari, apenas quando eles conseguirem gerir as suas problemáticas, pois se as minorias cultivarem a relação de dependência para com o Estado, terão que esperar por muito tempo; correrão o risco de desmoralizar-se ou uma direita mais extremada poderá tomar o poder, com o agravante de que saberá como mantê-lo por um longo período, imprimindo nas relações sociais entraves que vão acentuar as dificuldades para que os processos de singularização possam expressar-se.

Com relação aos partidos políticos, a preocupação fundamental de Guattari é de que se interroguem as organizações políticas em função das questões do desejo, mas também se interroguem a economia do desejo em função das máquinas estatais. É mais importante que organizar-se em partidos políticos é introjetar, ou não, os modos de subjetividade dominantes e reproduzi-los, ou não.

Em sua visita ao Brasil, em 1982, ele extasiou-se com o fato de, no programa do Partido dos Trabalhadores, um ponto especificar a questão do respeito à autonomia.

Guattari não acredita em transformação revolucionária e sim em revolução molecular, quer dizer, no conjunto das possibilidades de políticas específicas de mudança do modo de vida, com seu potencial criador.

Revolução é, então, uma repetição que muda algo, repetição que produz o irreversível. As revoluções sempre trazem surpresas, são imprevisíveis. Trabalhar pela revolução é trabalhar pelo imprevisível. A idéia de revolução se identifica com a idéia de processo, processo que acarreta mutações no campo social inconsciente, para além ou aquém do discurso.

Temos grande curiosidade acerca do que pensaria Guattari hoje sobre o PT. Já que no seu programa se contempla a questão da autonomia, lembramos a tentativa de, via Congresso, legalizar/reconhecer a parceria civil entre pessoas do mesmo sexo (ex-deputada Marta Suplicy), e as diferentes reações desencadeadas, das quais citaremos duas. A de um grupo de homossexuais que propôs à então parlamentar que no dia da votação houvesse, no plenário do Congresso, a cerimônia simbólica de um casamento entre duas lésbicas, as duas de véu e grinalda. E a do deputado Pe. Roque Zimmermann (PT-PR) que disse que o partido iria ter que passar a campanha presidencial de 1998 tentando se justificar, pois os projetos da deputada não atacavam nenhum dos problemas fundamentais do país.

Vemos, portanto, de um lado, o grotesco que não cria nem soma e, do outro, o discurso que não contempla a diversidade, a fragmentação, que não compreende as questões que, parecendo não ser estruturais, são importantes para todos os seres humanos, homossexuais ou não, pois atingem espaços de expressão e autonomia, e estes são vitais para todos⁷.

É preciso entender a economia do desejo no campo social, vendo como desejo todas as formas de vontade de criar, de vontade de amar, de vontade de inventar uma outra sociedade, outra percepção do mundo, outros sistemas de valores.

Necessitamos buscar outra maneira de ver e praticar as coisas, meios de fabricar outras realidades, livrando-nos da castração do desejo, da culpabilização e permitindo-nos expressar-nos em outras vias diferentes das da clandestinidade, da impotência e da repressão. O desejo é sempre o modo de produção de algo, o modo de construção de algo.

Diante de um paradigma que repensa a modernidade, seus mitos, a razão ilustrada e suas pretensões de objetividade, verdade e universalidade, de um paradigma que não aceita o fechamento auto-suficiente dos grandes princípios e relatos do ideal moderno e que, ainda mais, como salientado na primeira parte deste artigo, elege uma epistemologia da indeterminação, da descontinuidade, do pluralismo, é preciso, como vimos fazendo, a partir do pensamento de Guattari e Rolnik, repensar a forma tradicional de fazer política e de interpretá-la.

Como interpretar um indivíduo ou um grupo, se não aceitarmos que interpretação é, antes, um trabalho que consiste em situar os diversos sistemas de referência da pessoa diante da qual nos encontramos, com seu problema familiar, conjugal, afetivo-sexual, estético, econômico-financeiro ou de qualquer outra ordem.

Se não somos capazes de compreender as dificuldades pessoais de alguém à luz de seus investimentos sociais e da subjetividade coletiva da qual ele participa, nossas iniciativas de nada adiantarão.

Pensando as implicações do paradigma pós-moderno para a escrita da História

Entendendo a pós-modernidade como a crise do paradigma que acredita em sujeitos fundados, em busca da verdade e da essência, que aceita a epistemologia da fragmentação, constatamos, então, que há histórias com ritmos, especialidades e tempos diferentes.

Percebemos o caráter cultural e histórico de nosso ser, fazer, sentir, expressar, criar... A tendência é da fragmentação e da especialização. Isso significa contestar a idéia de história totalizada.

A história é uma escritura, uma narrativa, e disso o historiador não pode fugir. A relação fato e narrativa é de construção/tradução/transformação e revela a consciência de cada um.

É preciso pensar a história do ponto de vista da linguagem, do discurso. Tal perspectiva está ligada à crítica pós-moderna às metanarrativas. Está ligada também à questão da separação entre discurso histórico e discurso literário. Com a pós-

modernidade, abre-se espaço para a imaginação, a criação, enfim para a dimensão artística. Claro que partimos dos fatos, porém “a interpretação em história é a imaginação de uma intriga, de um enredo para os fragmentos de passado que se têm na mão”.⁸ E a narração dessa trama exige que sejam usados vários recursos literários.

O discurso é uma forma de estabelecer relações com o entorno e tentar dominá-lo. Para Hayden White, o que distingue os historiadores são os estilos historiográficos, o que envolve a dimensão artística. Os estilos variam dependendo da forma como os historiadores combinam enredo, argumentação e implicações ideológicas.

A pós-modernidade trabalha com a idéia de história como uma construção. E nessa perspectiva textos diferentes em história não significa que eles sejam mais ou menos aproximados da verdade. A força de um texto está em sua argumentação, em sua construção e no uso dos recursos literários.

A História é um trabalho de reescritura permanente. De significação e de ressignificação. Tal percepção tem maior ênfase se se fizer também o uso dos depoimentos orais como fonte, o que tem crescido entre os que pesquisam temáticas contemporâneas em História, bem como em outras ciências. O depoimento oral é uma fonte que, como tal, tem sua especificidade, que não é necessário discutir aqui.

Em todo registro, há uma construção. Não existe um denominador absoluto (a verdade histórica), mas denominadores comuns ou invariantes (estruturas lingüísticas conceituais, das quais os historiadores partem), que vão sendo construídos.

Escrever a história, mais do que escrever o mundo (tarefa impossível) é buscar escrever a si mesmo a partir de suas singularizações, e em narrativas que também não conseguem esgotar-se. Não é possível conhecer o mundo, pois dele conhecemos apenas fragmentos, circunstâncias particulares. Disso que costumeiramente chamamos realidade, temos apenas estilhaços que nós colocamos e tentamos amalgamar com nossos modelos (tramas prontas) que dão coerência a um discurso no qual reunimos os estilhaços que conseguimos juntar.



A prática do historiador, nessa perspectiva, é intertextual. A nossa documentação é texto, é imagem. O que nós chamamos de real é uma representação sobre ele. O real é algo significado, é uma certa articulação/arrumação feita por nós.

Considerações interpessoais e inconclusivas

Em seu texto “História: A Arte de Inventar o Passado”, Durval Albuquerque Júnior, poeticamente, situa o primeiro lampejo do pós-moderno, em uma simbólica cena do filme *Rapsódias em Agosto*, de Akira Kurosawa. Na cena, uma japonesa, ao ver no horizonte o cogumelo atômico, pensa estar vendo um grande olho vermelho cheio de raios de sangue a piscar para ela.

O físico Bronowski, que esteve em Nagasaki três meses depois da explosão da bomba atômica, assim se exprimiu em seu livro *Science and Human Values*: “O instante me deu consciência de um momento universal: o que senti, quase que abruptamente, foi a experiência da humanidade.”⁹

De que humanidade ele fala? A que categoria de homem se refere?

A experiência das bombas de Hiroshima e Nagasaki são, sem dúvida, marcos para a história (e é uma das nossas tarefas, enquanto historiadores, criá-los). Não estaria aquele simbólico olho chorando um ideal de humanidade que se perdera?

A partir das contestações feitas pelo paradigma pós-moderno a traços do paradigma moderno, ainda é possível falar de homem como um conceito universalmente válido?

Vimos que não. O pós-moderno deita fortes críticas às categorias anteriormente adotadas e abre nelas rupturas, assim como às suas respectivas metanarrativas.

A lógica que se instaurou é a da fragmentação. Já não é possível admitir modelos pré-dados. A pós-modernidade é a nossa condição histórica, a nossa episteme.

Embora concordando com os traços do seu paradigma, nós nos questionamos e ainda não temos a resposta, se não se corre, no pós-moderno, o risco da extrema singularização e a perda da possibilidade de qualquer universalidade, decorrentes da falta de um mínimo de princípios e de ética fun-

damental que nos proporcionem resistir à situação fragmentada.

Não tem sido fácil para nós o confronto com a episteme que a pós-modernidade é. Tendo passado por um seminário católico, fomos habituados, inclusive na nossa graduação em Filosofia, a uma visão teleológica da história. Talvez o questionamento que trazemos no parágrafo anterior, que é de certa forma colocado por alguns dos críticos da pós-modernidade, encontre sua razão de ser neste contexto.

Com relação às implicações do paradigma pós-moderno para a política, encontramos, no livro de Félix Guattari e Suely Rolnick, respostas para percepções que tínhamos. Especialmente no tocante ao fato do quanto hoje, não contando com grandes projetos políticos sociais, ou mesmo eclesiais (nós vivemos parte da efervescência que a Teologia da Libertação significou/representou na América Latina), nós percebemos as pessoas fechadas em seus mundos particulares, fragmentados, que apenas superficialmente se cruzam com outros mundos, no trabalho ou no lazer, por exemplo, todavia sem nenhum projeto comum de criação do novo, de viabilização da experiência do diferente.

É aqui que é urgente e pertinente a proposta da atuação micropolítica, a partir de esferas de menor escala, trazendo a analítica do desejo enquanto espaço privilegiado de práxis. Concordamos com os autores na teorização que fazem sobre a fabricação de subjetividades partindo da grande subjetividade capitalística; bem como com o rumo apontado pelo livro para atuação social enquanto viabilização da possibilidade de singularização de processos.

É um caminho atraente que, percebemos, ainda está muito longe de grande parte das organizações ditas de esquerda aqui no Brasil. É forte a tônica de Guattari na questão da introjeção, ou não, da subjetivação fabricada e de sua reprodução, ou não.

Estamos convencidos de que é um viés pelo qual devem embasar suas posturas todas as minorias, particularmente mulheres, negros e homossexuais, embora atinente também a outras minorias como idosos, deficientes físicos, pobres, índios...

Se indivíduos desses grupos introjetam que não têm valor, ou ainda mais grave, introjetam um estar à margem da sociedade, chegando a envergonhar-se de sua subjetividade, como vão, nas suas práxis, singularizar seus processos e expressar-se criativamente?

O paradigma pós-moderno nos revela que atuar em nível micropolítico, buscando singularizar-se expressando-se criativamente, leva-nos à possibilidade de escrever a história com a percepção de que ela é uma construção, a partir de dados fragmentados do passado, que pode e deve ser artística, criativa. “É a arte de inventar o passado”.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. História: A arte de inventar o passado. In: *Cadernos de História*. Natal, v. 2. n 1. 1995.

AZEVEDO, Marcello de Carvalho. *Modernidade e Cristianismo: O desafio da inculturação*. São Paulo: Loyola, 1981.

_____. Não-moderno, moderno e Pós-moderno. In: *Revista de Educação da AEC*. Brasília, ano 22. n. 89, out.dez., 1993, p. 19-35.

BUARQUE, Cristovam. *A Desordem do Progresso*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: Novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DELEUZE, Giles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992 : Controle e devir.

_____. *Proust e os signos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

GUATTARI, Félix, ROLNIK, Suely.

Micropolítica: Cartografias do desejo. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1992.

JAMESON, Frederic. *Pós-Modernismo: A lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996.

LYOTARD, Jean-François. *O Pós-Moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

TOURAINÉ, Alain. *Crítica da Modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

VAZ, Henrique Cláudio de Lima. Religião e Modernidade Filosófica. In: BINGEMER, Maria Clara (org.). *O impacto da religião sobre a modernidade*. São Paulo : Loyola, 1992. (Col. Seminários Especiais do Centro João XXIII. Rio de Janeiro).

WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: EDUSP, 1994.

NOTAS

¹ Adotamos a mesma conceituação do Pe. Marcello Azevedo, SJ. Também foi nele que nos baseamos para demarcar os traços constitutivos dos três paradigmas em estudo. Em artigo citado na bibliografia, o autor faz uma apresentação detalhada de cada paradigma. Para os fins deste trabalho, apresentamos os mesmos traços sinteticamente, apenas enquanto pano de fundo para o entendimento das decorrências do Pós-moderno que nos propomos estudar: na política e na escrita da história.

² Poderíamos lembrar Deleuze relendo Proust e classificando os signos em a- mundanos; b- do amor; c- das impressões e das qualidades sensíveis. E destacando o quanto nestas diferentes teias de significados as pessoas trafegam socialmente.



³ Embasada primordialmente no pensamento de Marcello Azevedo, a conceituação que revisitamos baseia-se também em obras de David Harvey, Jean-François Lyotard e Frederic Jameson, elencadas na bibliografia (ver).

⁴ DELEUZE, Giles. Controle e Devir. In: *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992. Quando, em diversos momentos deste trabalho, referimo-nos a minorias/maiorias, não o estamos fazendo a partir de critérios estatísticos; nossa referência é sempre sociológica: remetemos-nos a posições de efetivo exercício de poder nas organizações sociais. Todavia, há grupos citados que são também minorias em termos estatísticos.

⁵ Escrevemos, em uma ocasião, um artigo sobre educação no qual deplorávamos o fato de muitos de nós professores introjetarmos que a nossa função não tem valor. E isso dificulta qualquer tentativa de mudança:

CABRAL, Newton. Repensando a Educação a Propósito dos Quinhentos Anos. In: *Cadernos do CTCH*. n. 1. Recife: Universidade Católica de Pernambuco, 1993.

⁶ Não queremos nem pretendemos entrar no mérito das questões dos homossexuais e dos negros, fazendo qualquer apreciação ética. No tocante à

questão homossexual, remetemos os interessados à obra “Homossexualidade: Ciência e Consciência”, escrita por vários pesquisadores do Departamento de Práxis da Faculdade de Teologia da Universidade Comillas (Madri), publicada no Brasil pelas Edições Loyola, em 1985. Quanto à questão dos negros, é vasta a bibliografia existente.

⁷ Outra vez evitamos entrar em apreciações éticas do mérito da questão – projeto da ex-deputada Marta Suplicy que está sendo reapresentado com algumas modificações pelo deputado Roberto Jefferson. Nossa crítica é ao discurso totalizante referido na busca do que seriam os “problemas fundamentais do país”, pois a contemplação da possibilidade de singularização de quaisquer minorias contribui para a criação de um ambiente em que *todos* podem expressar-se e criar, o que corresponde a uma outra via para atingir problemas fundamentais: a da luta através de processos micropolíticos.

⁸ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. História: A arte de inventar o passado. In: *Cadernos de História*. Vol. 2. N. 1. Natal: Editora da UFRN, 1995.

⁹ Citado em BUARQUE, Cristovam. *A Desordem do Progresso* 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 11.